

# A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO PLANEJAMENTO: RELAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E A QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO

Letisa Comparin Dalla Nora<sup>I</sup>, Suetônio Queiroz Araújo<sup>II</sup>, Karen Sarmento Costa<sup>III</sup> e Noemia Urruth Leão Tavares<sup>IV</sup>

<sup>I</sup> Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil  
<sup>II</sup> Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Ministério da Saúde, DF, Brasil  
<sup>III</sup> Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, SP, Brasil  
<sup>IV</sup> Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil

## INTRODUÇÃO:

Com a criação do SUS e seu princípio de descentralização das ações, com direção única em cada esfera de gestão, foram implementadas políticas de planejamento, cujos instrumentos devem ser formulados de forma ascendente, de acordo com as necessidades locais até o nível federal. Para a assistência farmacêutica a inserção do planejamento visou à organização do setor, decorrente em grande parte à descentralização das ações de promoção do acesso aos medicamentos pelos usuários do sistema, que deve ocorrer com os recursos disponíveis e em qualidade, quantidade e temporalidade necessários. Neste sentido, é importante analisar como se dá a participação dos atores responsáveis pela assistência farmacêutica na elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário e da saúde de seus municípios.

## OBJETIVO:

Descrever o perfil de participação dos profissionais responsáveis pela assistência farmacêutica nos processos de planejamento público municipal e o seu conhecimento a cerca das ações da assistência farmacêutica constantes nos instrumentos de planejamento orçamentário e da saúde elaborados a nível municipal.

## MÉTODOS:

Estudo descritivo com abordagem metodológica quantitativa, no qual foram analisados dados oriundos do projeto “A assistência farmacêutica nas Redes de Atenção à Saúde: um recorte nas regiões do Projeto QualiSUS-Rede”. A coleta de dados foi realizada do segundo semestre de 2013 até o terceiro trimestre de 2015 em 485 municípios e Distrito Federal de 15 regiões prioritárias do Projeto QualiSUS Rede, distribuídos nas cinco regiões do país. Os dados foram coletados por meio de um instrumento estruturado que foi aplicado aos responsáveis pela Assistência Farmacêutica dos municípios investigados. A análise dos resultados foi realizada pela inferência estatística do método quantitativo de pesquisa na forma descritiva, onde foram calculadas as frequências absolutas simples e relativas, com suporte do sistema para análises estatísticas do programa Epi Info™ 7.1.5. As variáveis analisadas participação destes profissionais na elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário, o PPA, a LDO e a LOA e dos instrumentos de planejamento da saúde, o PMS, a PAS e o RAG. Além disso, foi investigado também o conhecimento destes atores a respeito do conteúdo relacionado à assistência farmacêutica na LOA, na PAS e no RAG. De forma complementar, verificou-se a inserção do Plano Municipal de Saúde 2014-2017, das Programações Anuais de Saúde 2013, 2014 e 2015 e dos Relatórios Anuais de Gestão 2013, 2014 no Sistema SARGSUS para todos os Municípios investigados neste trabalho, por meio de consulta ao sítio eletrônico [www.aplicacao.saude.gov.br/sargsus](http://www.aplicacao.saude.gov.br/sargsus), mais especificamente do Consolidado da Situação dos Instrumentos de Planejamento. O documento Consolidado utilizado foi o último publicado até a conclusão deste trabalho, que data de 09 de dezembro de 2015. As informações sobre as Programações Anuais de Saúde 2013 e 2014, que não constam no Consolidado, foram consultadas nos Relatórios Gerenciais da Situação dos Instrumentos de Planejamento, no período de dezembro de 2015 a março de 2016.

## CONCLUSÕES

Os resultados revelam a baixa participação dos responsáveis pela assistência farmacêutica na elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário e da saúde de seus municípios. Em relação às postagens dos instrumentos de planejamento da saúde no SARGSUS, a maioria dos municípios que os inseriram estava no grupo dos entrevistados que informaram não terem participado de sua elaboração, não se verificou, portanto, relação entre a falta de participação dos RAF e menor número de postagens no sistema. Infere-se, entretanto, que a maior presença dos RAG em detrimento dos PAS e até mesmo dos PMS evidencia a preocupação dos gestores com as questões legais inerentes à prestação de contas, e que a publicização do planejamento esteja, para estes municípios, em segundo plano.

## RESULTADOS:

Foram entrevistados 417 responsáveis pela Assistência Farmacêutica. Em relação aos instrumentos de planejamento orçamentário, encontrou-se baixa participação, sendo que a maior frequência encontrada foi para o PPA, de 23,9% (Figura 01). Para as ferramentas de planejamento da saúde foi observada a participação de 52,4% dos entrevistados nos PMS, de 33,2% na PAS e no RAG (Tabela 02). A maioria dos entrevistados que não participaram da elaboração dos instrumentos desconhecia seu conteúdo (Tabela 03). Resultados conflitantes foram encontrados ao analisar a presença dos Relatórios Anuais de Gestão e respectivas Programações Anuais de Saúde. Entre os 417 Municípios que participaram deste estudo, foram encontrados 225 municípios que postaram o RAG 2013 no SARGSUS, entretanto alegaram não ter Programação Anual de Saúde ou não postaram informações a respeito deste instrumento no Sistema. Para o ano de 2014, este mesmo caso ocorreu com 107 municípios. Ao analisar a presença do Plano Municipal de Saúde 2014-2017 com o Relatório Anual de Gestão 2014 (até o momento o RAG 2015 não está disponível) verificou-se um total de 22 Municípios que postaram o RAG, porém não apresentam o PMS.

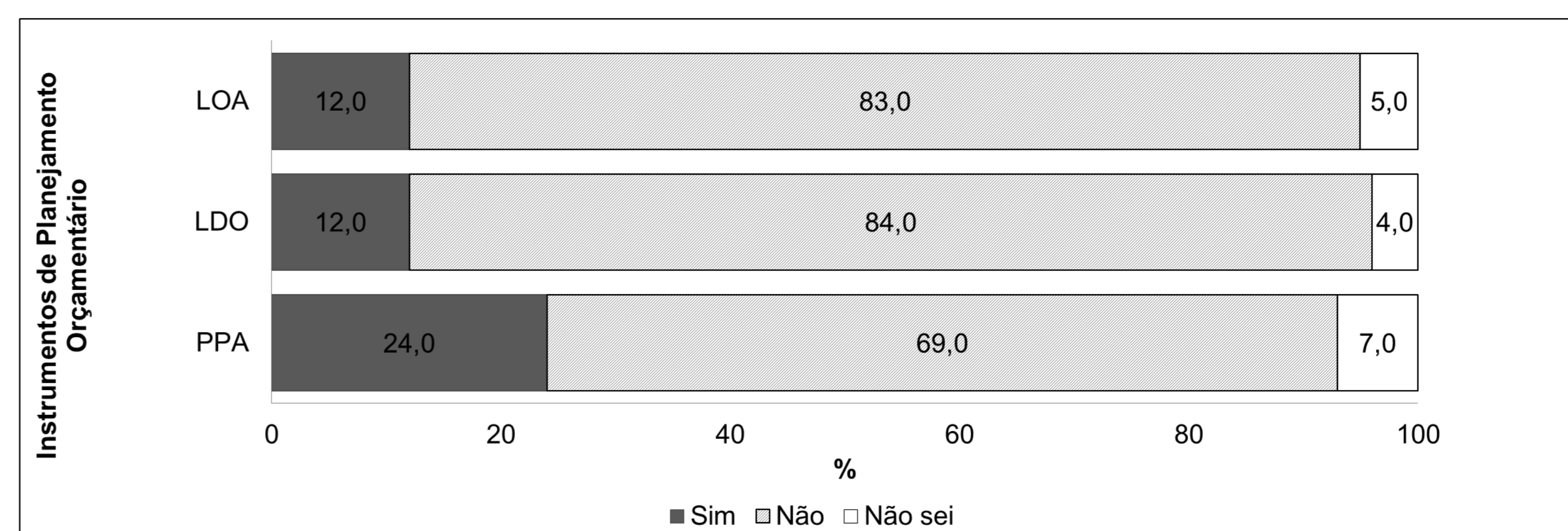


Figura 01: Participação do RAF na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.

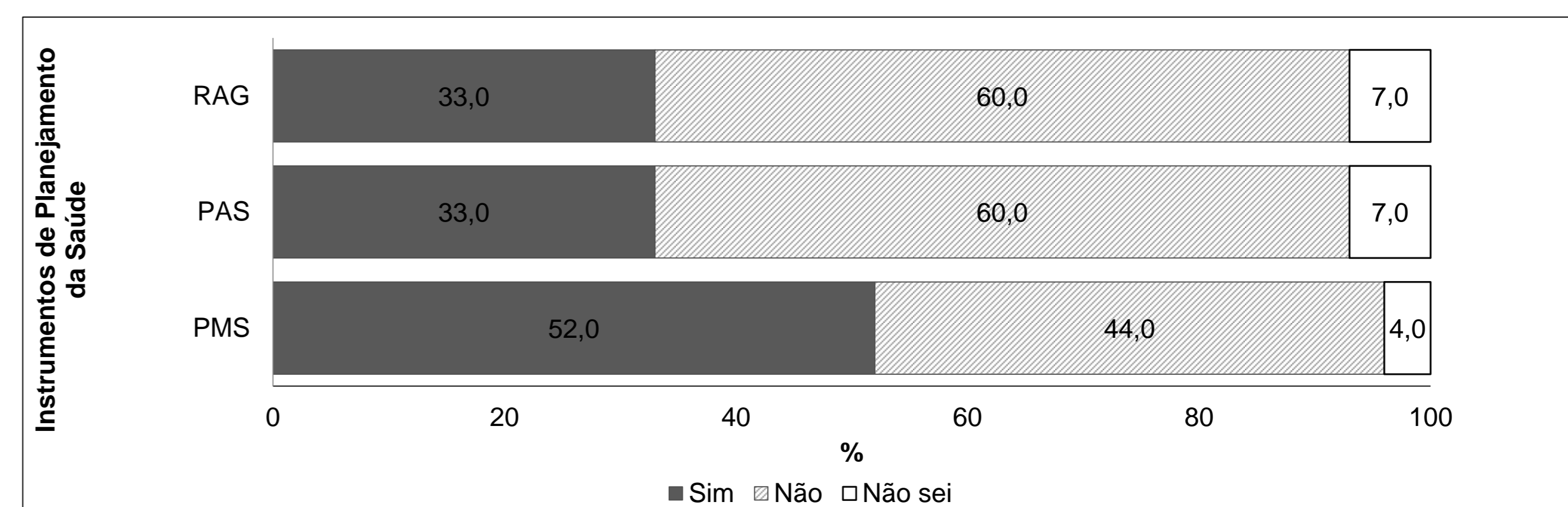


Figura 02: Participação do RAF na elaboração do PMS, do PAS e do RAG.

Tabela 03. Participação dos responsáveis pela assistência farmacêutica no planejamento da saúde e a inserção dos documentos no Sistema SARGSUS.

Situação no SARGSUS	Participação na elaboração	
	SIM n (%)	NÃO n (%)
SITUAÇÃO PMS 2014-2017 (n=415)	Sim	40 (85,1)
	Não	5 (10,6)
	Não Atualizou o SARGSUS	2 (4,3)
	Total	47 (100,0)
SITUAÇÃO DA PAS 2014 (N=389)	Sim	92 (73,0)
	Não	9 (7,2)
	Não Atualizou o SARGSUS	25 (19,8)
	Total	126 (100,0)
SITUAÇÃO DO RAG 2013 (n=414)	Sim	128 (95,5)
	Não	06 (4,5)
	Total	134 (100,0)

Fonte: Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão  
Disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/sargsus>  
Acesso em: 23/03/2016

## REFERÊNCIAS

- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
- Brasil. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.084 de 26 de outubro de 2005. Estabelece normas, responsabilidades e recursos a serem aplicados no financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e define o Elenco Mínimo Obrigatório de Medicamentos.
- Tripoldi T, Fellin P, Meyer H. Análise da Pesquisa Social. 2. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves; 1981.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento. Unidade de Gestão do Projeto – UGP. QualiSUS-Rede: Manual Operacional - Documento-Base. vol. 1, 2010.